

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

8ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2018

Data: 05 de setembro de 2018

Horário: 9h00

Local: Auditório da Secretaria da Habitação - Rua Boa Vista, 170 - 15º andar - São Paulo- Centro - SP.

Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:

SEGMENTO ESTADO

Luiz Fernando Carneseca	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
Gilson Gonçalves Guimarães	Cia. Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB
Seica Ono	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
Márcio M.	EMPLASA
Vera Lúcia R.	SABESP
Luiz Sérgio Valentim	Secretaria da Saúde - SS
Laura Stela N. Perez	Secretaria do Meio Ambiente - SMA
Sérgio L. Damiani	Secretaria de Educação
Monica Therezinha Rossi	CDHU
Gerson Salviano A. Filho	IPT

SEGMENTO MUNICÍPIOS

Marcelo Rodrigues da Motta	Itapecerica da Serra
Lucas A. Siqueira	Carapicuíba
José Rafael P. Tostes	Mairiporã
Nilson C.	Francisco Morato
Adolfo José Ribeiro de Almeida	Biritiba Mirim
Miguel Reis Afonso	Suzano
Emilio Carlos F. Soares	Santana de Parnaíba
Daniel Teixeira de Lima	Mogi das Cruzes
Solange Wu	Salesópolis

SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

Francisco de Assis R. Além	FIESP
Hillmann Carlos Henrique A.	CIESP – Cotia
Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP – Guarulhos
Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO
Ricardo Saad	CIESP – S. B. Campo
Vanessa L. N. Dias	SINDUSCON
Marcelo Sampaio	SINDPEDRAS
Shindi Kiyota	UNIAGUA

41 **CONVIDADOS PERMANENTES**

42 Leandro Henrique F. Leme Ministério Público

43 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

44 José Auricchio Júnior Prefeito de São Caetano do Sul

45 **1. Abertura.** O Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do
46 Alto Tietê-CBH-AT, Francisco de Assis R. Além (FIESP) abriu a
47 reunião constatando existência de quórum e agradecendo a presença
48 de todos. **2. Leitura, discussão e votação da ata 7ª Reunião**
49 **Plenária de 2017, de 28/06/2018.** A ata foi aprovada por unanimidade.
50 **3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia.** O Secretário
51 Executivo do Comitê CBHAT Luiz Fernando Carneseca (DAEE)
52 comunicou recebimento de correspondência para eventos.
53 Expedientes disponibilizados pelo link expediente-cbh-at-de-22-de-
54 junho-de-2018-a-20-de-agosto-de2018.pdf. **4. Deliberações. 4.1.**
55 **Aprova a Nota Técnica sobre as condicionantes dos artigos 6º e**
56 **12º da Resolução Conjunta ANA.DAEE 926.2017.** Aprovada por
57 unanimidade, com correção de data para 2018. Por conta da
58 renovação da outorga do sistema Cantareira algumas condições
59 deveriam ser cumpridas pela resolução, e a SABESP em cumprimento
60 encaminhou relatórios para o Comitê. Basicamente o artigo 6º. versa
61 sobre a rede telemétrica, o relatório SABESP informa que desde 2004
62 a rede telemétrica esteve em contínua evolução, aumentando
63 continuamente a quantidade dos postos telemétricos, mas começa a
64 ficar cada vez mais cara sua manutenção, e gera quantidades
65 gigantescas de dados, é preciso ter capacidade para analisar, gerando
66 informações e boletins de alerta de acompanhamento. A Resolução
67 Conjunta ANA/DAEE nº 926 de 29 de maio de 2017, que dispõe sobre
68 a outorga à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São
69 Paulo– SABESP, o uso das vazões máximas médias mensais do
70 Sistema Cantareira e os artigos 6º e 12º determinam à SABESP
71 encaminhar planos aos órgãos gestores, no prazo de 6 meses, após
72 ouvidos os Comitês PCJ e CBH-AT. O Artigo 12º. trata da utilização
73 das regras de operação caso ocorra nova crise hídrica, colocado pelo
74 DAEE e pela ANA no sentido de ter um plano de operação, se vier uma
75 estiagem pior do que aquela de 2014-15. A SABESP relata, trazendo

76 informações numéricas, sua experiência para enfrentar a crise hídrica,
77 inclusive utilizando água do volume morto, detalhando todos os
78 procedimentos técnicos e suas etapas, porém foi esclarecido que a
79 situação atual não se compara à de 2014 pelas providências adotadas
80 desde então. **4.2. Aprova a Nota Técnica sobre as condicionantes**
81 **do artigo 11º da Resolução conjunta ANA.DAEE 926.2017.**
82 Aprovada por unanimidade, A SABESP deverá apresentar aos órgãos
83 gestores no prazo de 12 meses para os dois Comitês um plano de
84 operação do reservatório para o período de cheias. Inicialmente a
85 SABESP ficou encarregada de realizar todas as comunicações para as
86 Prefeituras atingidas e as demais entidades sobre as inundações,
87 porém a própria Defesa Civil há alguns anos mudou a regra
88 concentrando todo esse trabalho na própria Defesa Civil. Conclusão, a
89 CTMH-AT em conjunto com o GT Outorga do Sistema Cantareira
90 concluiu que o relatório da Sabesp apresenta o plano de operação dos
91 reservatórios durante o período de cheias, observando as condições
92 de operação estabelecidas pela ANA e DAEE. Aberta a palavra para
93 participação do plenário Helio Rubens G. Figueiredo (Diretoria
94 Metropolitana-SABESP) comentou que para uma gestão adequada do
95 controle de cheias é preciso verificar o problema a jusante dos
96 reservatórios na questão do uso do solo pelos Municípios e embora a
97 Defesa Civil no âmbito do estado tenha assumido a coordenação é
98 baixa a participação dos Municípios, e não estão organizados, tendo
99 dificuldades muito grandes para manter a população informada e
100 orientada para eventuais problemas na questão do extravasamento de
101 água. **4.3. Aprova o Processo Eleitoral da Sociedade Civil 2019-**
102 **2021.** Aprovada por unanimidade, com prorrogação por mais 15 dias,
103 devendo a Secretaria Executiva do Comitê promover devida
104 adequação no cronograma e posterior divulgação, em conformidade
105 com as bases estatutárias. A Deliberação basicamente não sofreu
106 alterações do processo eleitoral anterior apenas adaptou o calendário
107 pelo cronograma de atendimento, sendo que as vagas nas categorias
108 continuam as mesmas e a posse está prevista para ocorrer até 31 de
109 março 2019. Aberta a palavra para participação do plenário, os
110 debates se concentraram sobre o número de participantes. Foi
111 esclarecido por Ana Sedlacek e Beatriz Gonçalves Vilera (Secretaria
112 Executiva do CBHAT) que se trata de item estatutário, no histórico,
113 fruto da reforma estatutária de 2013, e nos Subcomitê também foi

114 estabelecido por Deliberação e pelo Regimento dos Subcomitês.
115 Cristiane Lima Cortez (FECOMERCIO) disse que sempre sobram
116 vagas no segmento da Sociedade Civil e também precisam da
117 participação dos Subcomitês, “ultimamente também estamos
118 escutando e presenciando que os Subcomitês têm ficado muito
119 esvaziados, então venho pedir mesmo esse empenho da participação.”
120 Marco Antonio Palermo (Ex-Vice Presidente do CBH-AT) esclareceu,
121 em histórico, que “houve um tempo em que a Sociedade civil tinha
122 proeminência muito grande aqui no Comitê, não é que existia uma
123 categoria que sobrepujava a outra, a Sociedade civil, vamos dizer,
124 autônoma como os outros segmentos deliberava e decidia como
125 deveria ser representada, e a distribuição entre as categorias era algo
126 de consenso entre seus representantes, em determinado momento um
127 determinado setor, por exemplo as Associações técnicas sempre
128 tiveram 3 indicados, eu sempre fui membro do Comitê apesar de ser
129 membro do Governo sempre indicado pela Sociedade civil. Ocorre que
130 houve alterações por Deliberações, provocaram uma outra, digamos
131 uma outra visão, de uma outra forma de distribuição e evidentemente
132 ao que me parece ficou nessa forma, digamos que a Sociedade civil
133 seguiu, em alguns setores principalmente os ambientalistas ficaram
134 prejudicadas principalmente com respeito a forma adotada
135 anteriormente, está certo? Então, é uma história um pouco diferente.
136 Esses esvaziamentos a que você se refere é reflexo de um interesse
137 talvez até de uma postura que o próprio colegiado adotou ao longo do
138 tempo”. Marcelo Rodrigues da Motta (P.M de Itapecerica da Serra e
139 membro Subcomitê Cotia Guarapiranga) disse que as alterações na
140 retirada dos papéis que os Subcomitês exerciam ajudou muito a
141 esvaziar, e várias vezes na plenária do Comitê foi mencionada a
142 necessidade de articular fomentando a participação, “porque hoje
143 realmente falamos ao vento”. Miguel Reis Afonso (P.M de Suzano e
144 membro do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras) ponderou solicitando
145 mais prazo para o cadastramento, até devido ao período eleitoral e
146 propôs pelo menos mais 15 dias de prazo. Gilson Gonçalves
147 Guimarães (Cia. Ambiental do Estado de São Paulo–CETESB)
148 esclareceu que era Secretário Executivo na época da reforma
149 estatutária e nas categorias não havia definição de nada, foram
150 definidas a partir da legislação federal, e os números de participação
151 de cada categoria foram discutidas e definidas em plenário. Marco

152 Antonio Palermo disse que também participou do Comitê como
153 representante durante 20 anos, foi o primeiro Diretor da FABHAT,
154 lembrou que para eleição dos representantes da Sociedade civil havia
155 tantas pessoas que precisaram fazer reunião no Parlatino, havia cerca
156 de 500 a 600 representantes, em uma época de muita participação e
157 incentivo para a participação, e pouco tempo depois precisaram fazer a
158 reunião de eleição na Câmara Municipal de São Paulo e, no ápice na
159 Assembleia Legislativa se São Paulo. A filosofia não era que a
160 Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, a Coordenadoria de
161 recursos hídricos e saneamento deveria definir quem deveria
162 participar, em que categoria, como deveria participar e distribuir as
163 suas vagas, “em função disso estamos vendo o que está acontecendo
164 aqui, em reposição da verdade quem deve definir o sistema tripartite, a
165 representatividade, é o seu segmento, então a Sociedade civil deve
166 definir de que maneira deve ser representada, e não o gabinete, o
167 gabinete de governo. O gabinete de governo, os representantes do
168 governo estadual já são eleitos, indicados, então eles não têm que
169 interferir na forma como a Sociedade civil deve atuar. [...] digo isso
170 porque respeito a Sociedade civil, no momento em que a entidade de
171 outro setor interfere nos critérios eletivos e nos critérios de indicação
172 dos seus representantes visando, digamos, pretensamente dar o
173 melhor equilíbrio entre suas categorias, isso efetivamente prejudica a
174 participação e induz ao total desinteresse, é o que está acontecendo
175 aqui.” Ponderou que em 20 anos de participação no Comitê nunca
176 tinha visto uma participação tão pouco frequentada pela Sociedade
177 civil e pelos representantes dos poderes Municipais. Perguntou na
178 reunião plenária e contatou que havia três Municípios representados
179 somente. Era preciso exercitar a autocrítica, “a rigor qualquer
180 deliberação que fosse feita aqui, sem a presença da Prefeitura de São
181 Paulo e das prefeituras dos vários municípios, tem carência de valor,
182 pode ser legal, mas, carece totalmente de relevância.” Helio Rubens
183 ponderou que estavam assistindo no Comitê o mesmo que em outros
184 Comitês, “acho que pode ser questionada a função de órgão consultivo
185 como o Comitê no sentido de que, qual é o estímulo que você está
186 dando para a sociedade participar. Tem uma questão que acho
187 importante, e foi colocada a representatividade dos Subcomitês, acho
188 que é uma coisa relevante, normalmente as pessoas se envolvem mais
189 com as questões relacionadas a seu dia-a-dia, então realmente os

190 Subcomitês estão um pouco esvaziados, e isso pode não contribuir
191 muito para você atrair a Sociedade civil, mas o que está acontecendo
192 aqui é em termos generalizado. O Comitê do PCJ que tem um índice
193 de participação enorme e é tradicionalmente o Comitê mais
194 organizado, também está enfrentando problemas sérios em relação à
195 participação da Sociedade civil, então eu não tenho receita e acho que
196 é um problema mais amplo do que eventualmente esse histórico de
197 deliberações que estamos discutindo.” O Vice-presidente se
198 manifestou também, como membro eleito representante do segmento
199 da Sociedade civil pela entidade FIESP, “é o que foi falado aqui,
200 também hoje sentimos, não é só na Sociedade civil, é esvaziamento
201 total, porque os prefeitos também [...]. Sei que é difícil, os afazeres dos
202 prefeitos são maiores e, imagine a cidade de São Paulo que é sempre
203 convidada, efetivamente teria que ter um lugar de destaque aqui, antes
204 da colocação até fizemos um trabalho da própria Sociedade civil para
205 colocar o prefeito de São Paulo aqui, estávamos conversando na
206 Secretaria de meio ambiente para poder fazer isso e São Paulo estaria
207 bem representado e também poderia levar esse nome participando
208 com muito mais importância [...]. Cabe a nós incentivar e ter projetos
209 com objetivos que tragam as pessoas para participar. É uma questão
210 de nós tentarmos levar isso adiante, e fazer o melhor possível para
211 participação e quanto a isso essa Vice-presidência da FIESP como
212 representatividade da Sociedade civil está aberta para fazer.” Hélio
213 Sulleiman (Diretor Presidente da FABHAT) disse “fico bastante feliz de
214 ouvir essas discussões e ver uma grande oportunidade para nós. O
215 representante da Sabesp e o Prof. Marco levantaram temas
216 extremamente importantes no esvaziamento não só do Comitê do Alto
217 Tietê, do sistema de gestão de recursos hídricos de maneira geral, não
218 só na cidade de São Paulo, mas do Brasil. O próximo item da pauta vai
219 ser a apresentação do Encob no qual também tivemos representantes
220 aqui e também conseguimos constatar esse esvaziamento.” Propôs
221 participação com representatividade do Comitê no evento da ABES –
222 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, com
223 candidatos à Presidência, “temos um momento político fervilhando, que
224 talvez e foi colocado aqui que tem esse esvaziamento mesmo porque a
225 Sociedade civil não participa efetivamente nesse processo quando está
226 engajada, os Prefeitos, e precisamos ouvir o que esses políticos, o que
227 esses governantes tem para nos dizer”, a proposta era de levar

228 pergunta aos candidatos no evento e assim também estariam a par
229 das propostas de governo. A plenária concordou com a participação do
230 Comitê. O Vice-presidente também considerou importante a colocação
231 para a participação e solicitou para posteriormente apresentar o
232 resultado. **5. Apresentação do Empreendimento FEHIDRO 2009-AT-
233 486: “Elaboração de Manual para Projetos Integrados de Sistemas
234 de Águas Pluviais e Esgotos Sanitários”, pela Fundação Centro
235 Tecnológico de Hidráulica–FCTH.** Marco Antonio Palermo
236 apresentou representando a Fundação FCTH USP. Tradução Livre de
237 uma publicação de referência no setor do Centro de Estudos
238 Hidráulicos Urbanos do Instituto técnico de Milão-Itália em cooperação
239 técnica. A literatura tem foco está em uma filosofia para desenvolver
240 projetos, obras e gestão de águas urbanas de forma integrada com os
241 componentes da coleta e tratamento de esgoto de maneira integrada,
242 diferentemente prática brasileira, “diversas concepções dos sistemas
243 de drenagem urbanas e esgotamento sanitário, e é muito comum na
244 Itália em outros países, a combinação de esgotos mistos ou
245 separados, dependendo da configuração Urbana não é possível ter
246 um sistema separador absoluto como temos aqui usualmente, com
247 uma linha coletora exclusivamente para os esgotos e outra para as
248 águas pluviais, as águas se misturam, é comum esse arranjo de
249 sistemas unitários ou mistos, não é razoável imaginar que sempre
250 vamos conseguir separar tudo, então nesse Manual tem um destaque
251 onde é possível separamos e onde não é possível adotamos técnicas
252 específicas com sistemas mistos e isso pode acontecer em uma
253 mesma bacia por trechos.” A publicação é referência internacional
254 importante, e agora em em português com um Manual bastante
255 profundo, detalhado em aspectos técnicos relevantes. Sucintamente
256 destacou alguns Capítulos e seus conteúdos, e também foi
257 disponibilizados exemplares na plenária. O Vice-presidente após
258 parabenizar o Professor Palermo solicitou disponibilizar também no site
259 do Comitê, além do que Hélio Sulleiman solicitou disponibilizar no
260 formato digital e uma carta de encaminhamento para direcionar aos
261 Municípios e os membros do Comitê. **6. Outros assuntos.** Laura Stela
262 Naliato Perez (SMA) apresentou em síntese os principais
263 acontecimentos do XX ENCOB com o tema O futuro da água desafios
264 dos comitês na 3ª década da política nacional de recursos hídricos. Da
265 programação constou seis oficinas, palestras, cinco mesas de diálogo,

266 atividades paralelas em reuniões e workshops e assembleias gerais
267 ordinária e extraordinária do Fórum nacional de Comitês de bacias
268 hidrográficas. Foi definido o próximo ENCOB 2019 em Foz do Iguaçu-
269 Paraná e o ENCOB 2020 em Palmas-Tocantins. As conclusões foram
270 que a escolha dos temas atendeu às necessidades dos CBHs, a
271 abordagem da capacitação foi bem desenvolvida em vários momentos,
272 que os recursos hídricos precisam estar na agenda política dos países,
273 que as mesas de Diálogo teve organização deficiente sem
274 possibilidade de debates e não teve espaço para reunião dos
275 municípios, além do que a Feira não teve público, e o evento foi pouco
276 divulgado para a população, algo mais restrito a membros de CBHs
277 com pouco tempo de apresentação para os temas e trabalhos. O
278 Comitê considerou que foi uma oportunidade de relacionamento com
279 órgãos federais e estaduais, que houve pela primeira vez uma
280 discussão nacional sobre o enquadramento dos corpos d'água, em um
281 contato com interlocutores para interação futura. Houve casos
282 interessantes para replicar nas diversas bacias. Os temas das Mesas
283 de Diálogo foram abordados genericamente, foram mais teóricos. Os
284 debates após as palestras foram prejudicados pelo tempo restrito e
285 com todo o público em um único auditório. Também não houve
286 interação formal entre os Comitês. O laudo final foi positivo para
287 melhor atuação do Comitê e poderiam fazer uma série de sugestões
288 contribuindo para o próximo ENCOB. Marcelo Mota disse que fizeram
289 reunião com a Secretaria de estado de meio ambiente e foi passado
290 para os Municípios uma nova metodologia de compatibilidade dos
291 Planos diretores com a Lei da bacia do Guarapiranga. O Vice-
292 Presidente disse “apenas gostaria de pedir para conseguirmos motivar
293 mais a Sociedade civil e também as outras Prefeituras para estarem
294 presentes, cada vez mais participarem, como disse o Secretário e
295 tenho certeza que esse é o maior comitê do Brasil, o maior em todos
296 os aspectos e temos que tomar essa condição para efetivamente
297 termos essa participação, até nacionalmente, para atingirmos os
298 nossos objetivos.” Tendo sido cumprida a pauta de trabalhos e não
299 havendo mais assuntos, agradeceu a todos e deu por encerrada a
300 reunião. Esta Ata constitui o resumo dos registros da Ata completa,
301 que contém o inteiro teor desta 8a. reunião Ordinária, e foi elaborada
302 pelo Taquígrafo Dartan Gravina com revisão da Secretaria Executiva
303 do CBH-AT.

304 **José Auricchio Júnior**

305 Presidente do CBH-AT

306 **Luiz Fernando Carneseca**

307 Secretário Executivo do CBH-AT